

DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL: POSSIBILIDADES DE TRABALHO NO CONTEXTO ESCOLAR¹

Marcieli dos Santos²

23

RESUMO

O presente trabalho relata os preconceitos raciais ocorridos na escola e na sociedade, e fala da importância de conhecermos as outras culturas para evitar pré-conceitos e para valorizarmos os diferentes através da Educação. O trabalho propõe conhecermos a cultura africana, a sua contribuição na formação da sociedade brasileira e para que os alunos negros possam valorizar a sua identidade, com o objetivo de conhecer o diferente para compreendê-lo e assim promovermos uma cultura de paz no contexto escolar.

Palavras-chave: Preconceito. Conhecimento. Valorização.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de pensarmos novas maneiras de trabalhar a questão do racismo na sala de aula, conhecendo a história da África, o legado da cultura africana no Brasil, o mito da democracia racial em nosso país, a desigualdade econômica entre brancos e negros bem como refletir sobre qual é o papel da escola na busca por uma sociedade mais justa, humana e democrática.

O trabalho irá abordar ainda a importância de conhecermos a história da África, a riqueza da sua cultura, o legado deixado pelos Egípcios, à diversidade cultural da África e a exploração econômica e cultural sofrida pelo imperialismo europeu no século XIX. Também a contribuição dos povos africanos na formação da sociedade brasileira, na língua, na comida, na dança e religião. E mais a exploração sofrida na época da escravidão, a questão do mito da democracia racial, corrente que prega a não existência de preconceito racial em nosso país.

A questão da dominação econômica dos descendentes de europeus, sobre os negros e indígenas e assim algumas pessoas começam a pensar que existem raças

¹ Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação para a Diversidade, da Faculdade de Educação da UFRGS, orientado por Prof. GregorioDurló Grisa.

² Licenciada em História. Professora da Rede Pública Estadual do Rio Grande do Sul no Município de Santa Cruz do Sul. E-mail: marcieli.prof@gmail.com

melhores umas do que outras em nossa sociedade, e que as pessoas de raças superiores devem dominar os de raças inferiores.

Segundo Quijano (2005, p. 227, *apud* GOMES, 2012, p.729):

Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica: o eurocentrismo.

24

E assim cultivando o preconceito, para com os de raças inferiores, legitimando muitas vezes a sua condição social pela sua falta de capacidade e não pela falta de oportunidade.

Neste sentido observamos a relação entre a questão racial e a desigualdade social no Brasil, onde os afrodescendentes são os que menos têm acesso à educação e assim acabam ocupando os cargos inferiores na nossa sociedade.

De acordo com Quijano (2005, p. 231, *apud* GOMES, 2012, p. 730) “raça e divisão do trabalho foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se”.

A educação é a melhor maneira de combatermos a desigualdade social em nosso país, dando a oportunidade a todos de conseguirem um emprego digno e bem remunerado. As políticas de cotas existentes hoje no Brasil vêm ao encontro de tentar diminuir o abismo econômico entre brancos e negros na nossa sociedade.

Além disso, uma educação de qualidade é capaz de transformar os indivíduos, de levá-lo ao conhecimento e de dissipar preconceitos, para conseguirmos uma sociedade mais justa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO TEMA

A sociedade brasileira é formada por três raízes principais a indígena, a africana e a europeia, assim o povo brasileiro é o resultado da mistura destes povos.

Muitas vezes por falta de conhecimento ou preconceito algumas pessoas acabam discriminando algumas raças. O conceito de raça entre os seres humanos foi quebrado quando os cientistas comprovaram que o conceito de raça não se aplica a espécie humana, mas este conceito continua a ser usado e em especial para sustentar a prática do racismo em nossa sociedade.

A palavra raça acaba se tornando uma construção social, para justificar diferenças sociais, culturais e econômicas em nossa sociedade.

Segundo Hall (2003, p. 69, *apud* GOMES, 2012, p. 730):

(...) raça é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja – o racismo. Todavia, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria. Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza.

As diferentes etnias que formam a nossa nação enriquecem a nossa sociedade com cores, nomes, temperos e ideias diferentes, nos transformando em um país multicultural.

Segundo Souza (1999, *apud* MUNANGA, 2005, p. 7):

A formação cultural do Brasil se caracteriza pela fusão de etnias e culturas, pela contínua ocupação de diferentes regiões geográficas, pela diversidade de fisionomias e paisagens e também pela multiplicidade de visões sobre a miscigenação em sentido amplo, algumas ainda presas à desinformação e ao preconceito.

É de suma importância que a sociedade brasileira conheça e valorize os povos que contribuíram para a formação da sociedade brasileira, e a escola como um lugar multicultural é o local de levarmos aos alunos a luz do conhecimento.

Segundo Cardoso (2000, *apud* MUNANGA, 2005, p. 9):

Racismo e ignorância caminham sempre de mãos dadas. Os estereótipos e as ideias pré-concebidas vicejam se está ausente a informação, se falta o diálogo aberto, arejado, transparente. Não há preconceito racial que resista à luz do conhecimento e do estudo objetivo. Neste, como em tantos outros assuntos, o saber é o melhor remédio. “Não era por acaso que o nazifascismo queimavam livros.

É na escola o melhor local para se trabalhar o tema da diversidade, por ser ela um lócus da sociedade, um lugar de conhecimento e promoção de debates. Pois os alunos, ao refletir sobre a diversidade, também se tornam promotores da igualdade.

A ideia de que a escola se constitui em espaço público que pode ser utilizado e afirmado como tal, instiga pensar, especificamente, a escola como observatório da diversidade nas relações comunitárias. A partir da escola podem se promover compreensões, conhecimentos e relações democráticas de valorização das culturas e da interculturalidade, por meio de trocas, convivências e de comunicação na diversidade. (CAREGNATO e PINHO, 2013, p.189).

26

O diálogo entre as diferentes culturas se torna então imprescindível para que ocorra uma educação pautada no respeito e na valorização da diversidade, em uma educação intercultural.

Nesse sentido, podemos distinguir de um lado a noção de diversidade, que se apresenta como fenômeno a todo o instante presente entre as relações sociais no nosso cotidiano, e, de outro lado, a noção de diferença, entendida como diferença cultural, capaz de afirmar as trajetórias de grupos e pessoas nas suas histórias, memórias e identidades. As diferenças culturais são resultado da história dos indivíduos e grupos, portanto são uma condição transitória. Do ponto de vista da dinâmica social, o processo se modifica continuamente e aí aparece o espaço para a ação e para o protagonismo da escola e de seus agentes, para mudanças culturais e para trocas nesse âmbito. (CAREGNATO e PINHO, 2013, p.191).

E é de muita relevância levarmos ao conhecimento dos alunos, professores, pais, funcionários e direção a questão da diversidade racial, para que não seja admitida nem omitidas as discriminações, para que não ocorram violações de direitos humanos e para que aconteça a promoção da equidade racial em nosso país.

Conforme a lei federal foi estabelecida a obrigatoriedade do ensino de história afro-brasileira e africana nas escolas:

A partir de 2003, após a alteração da Lei n° 9.394/1996 pela sanção da Lei n° 10.639/2003 e sua posterior regulamentação por meio do Parecer CNE/CP n° 03/2004 e da Resolução CNE/CP n° 01/2004, foi estabelecida a obrigatoriedade do ensino de história afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas da educação básica.

As reflexões sobre diversidade remetem à importância dos povos de origem africana e a sua contribuição para a formação da sociedade brasileira, através de sua dança, como o samba, a capoeira, na alimentação, como a feijoada, o acarajé, os seus temperos como a pimenta e o azeite de dendê e, na religião, com a Umbanda.

E principalmente para nos lembrarmos de que somos todos humanos, que devemos conhecer o diferente, respeitar a sua cultura, promover a equidade racial e valorizarmos as diversidades.

É de suma importância que a questão da diversidade racial esteja presente todos os dias nas rodas de debates, para que não ocorram mais injustiças sociais, econômicas e discriminações em nossa sociedade. Os professores precisam estar atentos a esta questão da identidade racial, fato que nem sempre acontece no contexto escolar.

No entanto, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. (MUNANGA, 2005, p.15).

Acreditamos que é através da conscientização dos professores e de seu papel na formação e transformação da sociedade é que poderemos mudar o cenário mundial de tantas práticas de racismo.

Os professores comprometidos com a causa da diversidade e da necessidade de fortalecimento de relações democráticas, bem como com o caráter público da educação escolar, certamente podem contribuir com a efetivação da ideia da escola como lugar intercultural e como observatório da comunidade, no que tange à promoção da diversidade cultural. (CAREGNATO e PINHO, 2013, p.192).

Por mais que o professor traga consigo ranços preconceituosos, jamais poderá repassar atitudes desprezíveis a seus alunos, principalmente, quanto à discriminação.

Nós, professores, não somos neutros, somos seres sociais portadores de visões de mundo e de perspectivas de interpretações parciais, mesmo sendo altamente competentes em nossos conhecimentos e práticas educacionais. Temos preconceitos e práticas discriminatórias que só podem ser compreendidas e repensadas dentro de nossas trajetórias de historicidade individual e social. Tratar de nossas próprias histórias, na perspectiva da diversidade cultural, é também enfrentar nossas limitações. (CAREGNATO e PINHO, 2013, p.190).

Neste sentido, o professor, enquanto formador de opinião, deve promover estratégias para enfrentar o racismo no contexto escolar.

Pensamos que com a especialização de professores sobre o tema da diversidade e através do efetivo trabalho destes com projetos que abordem a questão étnico-racial em nossa sociedade, possamos promover a igualdade racial em nossa sociedade.

É importante que, desde cedo, os professores esclareçam a diversidade étnico-racial existente em nosso país, valorizando a questão cultural de cada etnia, reforçando a identidade a fim de não dar chance ao preconceito e ao racismo.

Segundo Brasil (2009b, *apud* BRASIL, 2014, p.8):

[...] é significativo para o desenvolvimento humano, para a formação da personalidade e aprendizagem. Nos primeiros anos de vida, os espaços coletivos educacionais que a criança pequena frequenta são privilegiados para promover a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e racismo. As crianças deverão ser estimuladas desde muito pequenas a se envolverem em atividades que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico-raciais na construção da história e da cultura brasileiras.

Apesar de o racismo ser considerado crime, com as penas cabíveis asseguradas em lei, isto não diminuiu o preconceito das pessoas, por isso acreditamos que é somente através da educação, do conhecimento e na

sensibilização dos alunos é que poderemos sim adquirir a cultura de paz e de equidade racial em nossa sociedade.

Racismo é crime previsto na Constituição Federal, art. 5º, inciso XLII “a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão nos termos da lei”.

O conceito de raça entre os seres humanos já foi superado pela ciência, mas continua enraizado em nossa sociedade, pensamos que é somente através da educação que poderemos mudar esta realidade.

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas”. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (MUNANGA, 2005 p.17)

Por isso a importância de trabalharmos na escola uma educação voltada para a diversidade, para a promoção dos direitos humanos e para a valorização da identidade negra em nossa sociedade.

Pensamos que é através do diálogo da promoção de debates sobre o tema que poderemos trabalhar a diversidade em nossas escolas.

Segundo Silva (2004, p.171, *apud* SILVA,2007. p.99):

A interculturalidade é concebida como as interrelações entre distintas expressões culturais que dinamicamente colocam em relação de interpenetração cultural os sujeitos pertencentes a grupos humanos diferentes. Mas é de fundamental importância que a intencionalidade dessas interrelações seja potencializada como forma de colocar os sujeitos em contato entre si, de estabelecer o intercâmbio e propiciar as trocas necessárias, em última instância, uma intencionalidade que é marcada pela atitude de quem deseja dialogar e colocar-se em contato com o outro e com ele apreender.

É através da interculturalidade que abriremos espaço para ouvir o outro para um diálogo aberto e franco para que através deste possamos pensar alternativas para diminuir os preconceitos raciais.

É fundamental admitir o outro, o diferente, como sujeito no diálogo intercultural que desejamos estabelecê-lo. A escola brasileira vive o paradoxo de uma instituição que abre suas portas a um contingente populacional amplo e convive com a precariedade material e pedagógica, essa situação exige buscar, de fato, as possibilidades de convivência e de relações interculturais organizadas na valorização das trocas públicas. Em outras palavras, não basta abrir as portas ou incluir, é preciso reconhecer o outro como sujeito de escuta e de diálogo. (CAREGNATO e PINHO, 2013, p.192).

Sabemos das dificuldades a serem encontradas no caminho da construção de uma sociedade mais justa e democrática, e que o preconceito ainda se encontra bastante enraizado em nossa cultura, mas também sabemos que nada é imutável em nossa sociedade e que através do diálogo e da persistência poderemos obter resultados positivos nesta caminhada.

Não há idealizações no sentido de que haja consensos fáceis ou capacidade de superação total de preconceitos e discriminações. A lógica das relações sociais e das disputas humanas em sociedade, por si só, impõe essas impossibilidades. Contudo, assim como os indivíduos, as sociedades aprendem, e se não podemos pensar em relações sociais sem conflitos, podemos sim administrar democraticamente a convivência e as diferenças, afirmando positivamente aquilo que é característica da nossa sociedade, a sua diversidade de culturas, etnias, modos de vida, afetiva e sexual, religiosa, entre outras. (CAREGNATO e PINHO, 2013, p.193).

Acreditamos que viver em sociedade democraticamente é aceitar o outro na sua diferença, na diversidade, e promovermos a todos uma igualdade de oportunidades.

3 ANÁLISE TEÓRICA

O projeto de intervenção trabalhado na escola abordou a história da África, a contribuição dos povos de origem africana na formação da sociedade brasileira, a questão do preconceito e do racismo na escola, as desigualdades sociais.

A escola onde o trabalho foi realizado se encontra em um bairro de classe média baixa da cidade de Santa Cruz do Sul, onde talvez a segurança seja importante, devido a isto, a escola é toda cercada e com grades nas janelas.

A maioria das famílias dos alunos da escola é constituída por quatro elementos, são, em grande maioria, da religião católica, e alguns são Testemunhas de Jeová, adventistas, e da Umbanda. São poucos os negros, a maioria é da cor branca.

O nível de escolaridade dos pais preponderante é o Ensino Fundamental incompleto. A maioria dos familiares são trabalhadores da indústria e comércio da cidade, onde a renda familiar gira em torno de três salários mínimos.

Podemos observar a classe social dos alunos, analisando a sua chegada na escola, aonde a grande maioria vem a pé ou de ônibus. São indicativos também as vestimentas dos alunos que, geralmente, são roupas simples, e até mesmo fora do seu tamanho, sendo possivelmente roupas doadas.

Quanto aos materiais solicitados para as aulas, como cartolina para apresentação de trabalhos, a minoria o traz. Algumas famílias, por serem carentes, recebem bolsa família.

A questão da diversidade racial é bastante visível na escola, visto que a cidade de Santa Cruz do Sul foi colonizada por alemães. O preconceito pode ser visto em vários momentos na escola através de piadinhas de mau gosto, de maus tratos a alunos negros. E este preconceito é percebido na sociedade também, onde os negros não são bem vistos na cidade e não recebem igual oportunidade de emprego.

De acordo com Silva:

Considerando ainda algumas questões solicitadas no questionário aplicado pode-se perceber como a comunidade de Santa Cruz do Sul constrói suas representações do "Outro". Quando questionados sobre a presença do racismo em Santa Cruz do Sul e no Brasil, as respostas dos naturais apontam para o seguinte dado: 55,33% consideram que Santa Cruz é racista, mas 74,90% consideram o Brasil mais racista. Da mesma forma, considerando a higiene e a limpeza da cidade em contraste com o país: 79,02% consideram que Santa Cruz do Sul é uma cidade limpa e 31,3% atribuem ao Brasil.

As questões referentes à criminalidade revelam o mesmo padrão: 75,56% dos respondentes naturais de SCS responderam que a "marginalização social" é resultado da falta de iniciativa para o trabalho. Considerando a

propensão gênica para a criminalidade, 32,22% dos naturais de Santa Cruz do Sul consideram um fator importante contra 22,82% dos não naturais. (SILVA, 2012, p.348).

Muitos na sociedade ainda veem os negros como inferiores, como bandidos, pois como são historicamente menos favorecidos economicamente, acabam ocupando cargos inferiores ou acabam na criminalidade.

Os negros que participam de religiões com influência africana são vistos de uma maneira pejorativa, pois se acredita que realizam trabalhos para o mal das pessoas e fazem sacrifícios com animais— ações condenadas pela sociedade, mas sem fundamentação teórica, pois a maioria desconhece as diferentes religiões africanas existentes no Brasil. E o pior, consideram os negros menos capazes, reproduzindo a velha teoria do darwinismo social³, que prega que existem raças superiores e que estas devem dominar as inferiores e menos capazes.

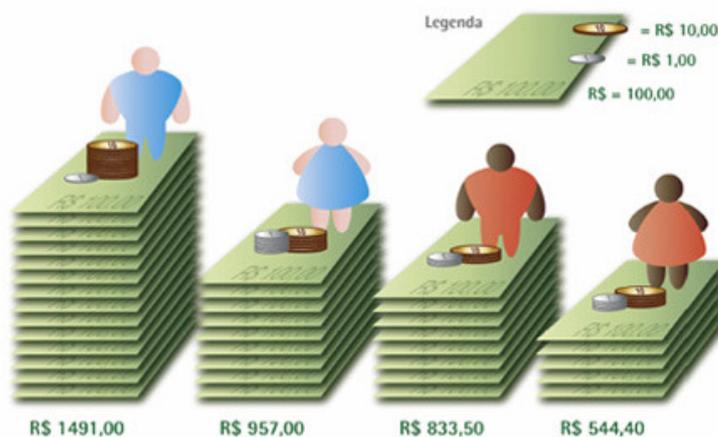
Segundo dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), negros são as maiores vítimas de homicídios do país, e os que recebem os salários mais baixos, como possuem menos escolaridade acabam ocupando os postos de trabalho inferiores na sociedade, conforme podemos observar na figura e na tabela do IPEA abaixo:

³O darwinismo social se caracterizou como outra teoria que legitimou o discurso ideológico europeu para dominar outros continentes. O darwinismo social compactuava com a ideia de que a teoria da evolução das espécies (Darwin) poderia ser aplicada à sociedade. Tal teoria difundia o propósito de que na luta pela vida somente as nações e as raças mais fortes e capazes sobreviveriam. Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com/historiageral/darwinismo-social-imperialismo-no-seculo-xix.htm> Acesso em 14/ jun./2014.



Pobreza, distribuição e desigualdade de renda

Renda média da população, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 2009.



Fonte: Retrato das desigualdades de gênero e raça – 4ª edição

Taxa de Homicídios		
Unidade da Federação	Negro	Não-Negro
Acre	18,0	12,9
Alagoas	80,5	4,6
Amapá	41,1	16,1
Amazonas	38,5	7,8
Bahia	47,3	11,3
Ceará	30,3	10,7
Distrito Federal	52,7	10,0
Espírito Santo	65,0	17,4
Goiás	42,8	15,0
Maranhão	26,3	9,6
Mato Grosso	39,7	20,4
Mato Grosso do Sul	30,6	21,0
Minas Gerais	23,8	10,3

Pará	55,1	15,5
Paraíba	60,5	3,1
Paraná	22,6	38,7
Pernambuco	54,6	7,7
Piauí	14,9	7,0
Rio de Janeiro	41,0	21,2
Rio Grande do Norte	34,7	8,5
Rio Grande do Sul	25,1	17,9
Rondônia	39,5	24,9
Roraima	34,2	9,4
Santa Catarina	13,4	12,6
São Paulo	16,2	12,0
Sergipe	39,8	9,6
Tocantins	27,1	9,5

De acordo com Grisa (2011, p.110, *apud* CUNHA e GRISA, 2013, p.113):

Por que as pessoas negras compõem a maior parte dos analfabetos, têm os menores índices de escolaridade, são as que mais evadem dos espaços escolares, são maioria na população carcerária e ocupam os postos de trabalho menos valorizados no Brasil? Essa pergunta não tem uma resposta única e deve ser feita com regularidade pelos profissionais da educação. Há vários estudos contemporâneos que comprovam que existem mecanismos intraescolares de discriminação que acabam por “encaminhar” as crianças e os jovens negros para fora da escola no Brasil.

Ainda segundo os autores Cunha e Grisa(2013, p.115),as políticas públicas e as ações afirmativas adotadas nos últimos anos, como as cotas nas universidades tem o propósito de diminuir as desigualdades sociais, e de diminuir o abismo econômico entre brancos e negros em nossa sociedade. Políticas estas que acabam gerando muitas discussões e divergências de opiniões sobre a sua prática.

É fundamental o processo de positivação da imagem e identidade da população negra, para quem sempre foi inferiorizado nada mais justo do que agora ser afirmado. Daí a noção de ações afirmativas que, entre tantos formatos, tem um exemplo na legislação que obriga o ensino da cultura e história afro-brasileira através da lei n. 10.639/03 e do parecer já citado. A lei, além de procurar garantir o direito da população afro-brasileira de se ver representada na educação do seu país, também tem o objetivode afirmar

essa população, isto é, promover a cultura de valorização dos conhecimentos, saberes, legados e crenças de matriz africana, apresentar agora de maneira positiva o que sempre foi visto de modo pejorativo ou invisibilizado. Outro formato conhecido de ações afirmativas para a população negra são as cotas nas universidades. Essas são políticas que reservam parte das vagas das instituições de ensino superior para a população negra oriundos de escolas públicas. Tal medida ficava a critério das universidades que autonomamente escolhiam suas modalidades e critérios.

Devido às situações de preconceito e de discriminações no contexto escolar e na sociedade, foi proposta a realização de um projeto que levasse a informação e ao conhecimento da cultura africana aos alunos e posteriormente, o reflexo que sedá na sociedade para quebrar preconceitos e promover a valorização da cultura Africana.

Consideramos que escola e comunidade têm potencial para fortalecer relações de caráter intercultural e valorizar as brechas ou entre lugares que sejam percebidos ou constituídos. Os principais agentes são os professores nas escolas de redes públicas, engajados no reconhecimento e fortalecimento da diversidade em nossa sociedade, uma vez que têm como objeto do seu trabalho a educação e, além disso, são pessoas capazes de entender o valor que esse tipo de ação possui para a vida humana. (CARENHATO e PINHO, 2013, p. 199).

A partir do projeto podemos perceber o envolvimento de toda a comunidade escolar, funcionários ajudando na confecção de roupas para a apresentação, da direção na organização do evento, dos alunos brancos conhecendo e valorizando a influência da cultura africana e dos alunos negros se reconhecendo como negro e sentindo-se orgulhosos de sua raça.

4 METODOLOGIA

O trabalho foi realizado em quatro etapas, primeiro os alunos realizarão uma pesquisa bibliográfica em livros e revistas, seguida de uma pesquisa *webgráfica*, na internet sobre a História da África o seu legado deixado para a humanidade, como as pirâmides Egípcias, a história da escravidão africana no Brasil sobre a contribuição dos povos de origem africana na formação da sociedade brasileira.

Após a pesquisa os alunos produziram slides sobre a pesquisa e os apresentaram aos colegas.

No segundo momento, os alunos se dividiram em quatro grupos, onde cada grupo ficou incumbido de realizar uma tarefa sobre o tema da valorização da cultura africana. O primeiro grupo criou um teatro sobre as religiões de origem africana. O segundo grupo elaborou pratos da culinária africana, como a feijoada, o acarajé entre outros. O terceiro grupo apresentou uma dança de capoeira. O quarto grupo apresentou uma dança típica africana.

A terceira etapa foi a da apresentação do projeto à comunidade escolar no dia 20 de novembro, onde os alunos realizaram as apresentações, abertura foi realizada pela professora com a leitura de um texto sobre a importância da data, com slides sobre a discriminação racial no Brasil.

A quarta e última etapa foi a realização de um debate sobre a importância da cultura africana no Brasil a importância da realização do projeto na escola e as mudanças promovidas na comunidade escolar a partir da execução deste, pois acreditamos que é através do diálogo e do debate a melhor maneira de quebramos os preconceitos étnicos étnico-raciais existentes em nossa sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho proporcionou a reflexão sobre a cultura africana e a sua contribuição na formação nacional brasileira, para promovermos um debate sobre a influência das diferentes culturas no Brasil, e é na escola o melhor lugar para este diálogo. Pensamos que é através do diálogo a melhor maneira de entender o outro e de buscarmos uma maneira de diminuir o racismo no contexto escolar e na sociedade.

Por isso, a relevância de propormos trabalhos escolares para conhecermos o outro, a sua maneira de ser, pensar e agir, e promover um debate intercultural para que através do diálogo entre as culturas diferentes possamos construir uma sociedade menos preconceituosa.

Reconhecendo que é na escola e através do professor que conseguiremos construir uma educação que trabalhe a diversidade com o objetivo de promover a equidade racial em nossa sociedade. E que através do debate possa ocorrer uma troca de experiências e valores que contribuam para o conhecimento de ambos.

A pesquisa apresentada teve como objetivo construir possibilidades de se trabalhar a questão étnico-racial nas escolas, primeiro conhecendo a história e a cultura Africana, depois colocando a sua contribuição na formação da sociedade brasileira e por último um debate sobre a questão étnico-racial em nosso país. Acreditamos que é na escola e através do professor que conseguiremos construir um país com promoção de igualdade para todos.

Sabemos que a tarefa não é fácil, e que o caminho a ser percorrido é longo, mas a vontade e a dedicação não nos deixam desanimar e de tentar construir um mundo mais justo. É somente através do conhecimento e do diálogo que um dia conseguiremos uma sociedade mais democrática, e que é a escola o local para iniciarmos essa caminhada, construindo na base o processo de transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em 12/jun./2014.

_____. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 12/jun./2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. In: MUNANGA, Kabengele (org.) **Superando o Racismo na escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

_____. **História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil**. Brasília: MEC/SECADI, UFSCar, 2014

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC/SECAD; SEPPPIR, jun. 2009b.

CAREGNATO, Célia E.; BOMBASSARO, Luiz Carlos (Orgs.). **Diversidade Cultural: Viver diferenças e enfrentar desigualdades na educação**. Erechim: Gráfica e Editora Ideal, 2013.

CAREGNATO, Célia E.; PINHO, Patrícia M. **Observar e promover a diversidade a partir da escola**. In: CAREGNATO, Célia E.; BOMBASSARO, Luiz Carlos (Orgs.). **Diversidade Cultural: Viver diferenças e enfrentar desigualdades na educação**. Erechim: Gráfica e Editora Ideal, 2013. p. 189-202.

CUNHA, Aline Lemos da.; GRISA, Gregório D. Alteridade, racismo e direitos humanos: entrelaçamentos e indagações. In: CAREGNATO, Célia E.; BOMBASSARO, Luiz Carlos (Orgs.). **Diversidade Cultural: Viver diferenças e enfrentar desigualdades na educação**. Erechim: Gráfica e Editora Ideal, 2013. p. 109-127.

DARWINISMO SOCIAL E IMPERIALISMO NO SÉCULO XIX, Publicado por: Leandro Carvalho em Imperialismo. Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com/historiageral/darwinismo-social-imperialismo-no-seculo-xix.htm>. Acesso em 12/jun./2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala**. 28. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>. Acesso em 12 jun. 2014.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília, DF: Unesco no Brasil, 2003.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/retrato/infograficos_pobreza_distribuicao_desigualdade_renda.html. Acesso em 12/jun./2014.

_____. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131119_tx_homicidio_uf.pdf. Acesso em 12/jun./2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SILVA, Gilberto Ferreira da. Interculturalidade e educação: uma análise a partir do recorte cor com estudantes do ensino médio público. In. BARBOSA, Lucia Maria de Assunção et al. (org.) **De preto a afrodescendente**: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnicos raciais no Brasil. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p.165-180.

SILVA, Mozart Linhares da. **Educação, etnicidade e preconceito no Brasil**. Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2007.

SILVA, Mozart Linhares da. Educação e etnicidade na região de Santa Cruz do Sul - RS. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, SP: UFSCar, v. 6, no. 2, p. 340-354, nov. 2012. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br>. Acesso em 12 jun. 2014.